

Proletariado

Na Roma antiga chamava-se *proletarii* aos cidadãos da classe mais desvalida, desprovidos de propriedade territorial, e que por isso mesmo se viam excluídos das cinco classes do ordenamento centurial instituído em 509 a. C. por Sécio Túlio. Os proletários da república romana estavam inscritos no censo apenas porque tinham ou podiam ter filhos ou *prole*. Daí provém a sua denominação.

No século XIX recuperou-se esta denominação na Europa para designar a classe social constituída por trabalhadores – sobretudo, mas não só, industriais – desprovidos de meios de trabalho e obrigados, por essa razão, a alugar a sua força de trabalho a troco de um salário, e condenados à pobreza e a condições infra-humanas de alimentação, domicílio, higiene, saúde e instrução, desarraigados da terra dos seus antepassados e aglomerados em cidades populosas e poluídas. Os proletários passaram a ser a parte mais depauperada e marginalizada da sociedade industrial moderna. Ainda que se possa rastrear a existência de trabalhadores sem recursos que trabalham por um salário em muitas outras sociedades anteriores, elas nunca tinham alcançado um volume ou uma proporção significativos. O proletariado moderno é, deste modo, uma classe social nova, nascida no decurso da revolução industrial europeia.

Na Europa, a génese do proletariado moderno começou com a expropriação dos camponeses, geralmente pobres, que, vítimas de fomes, guerras ou endividamento, se viam expulsos ou obrigados a vender as suas terras e passar a trabalhar para os novos amos ou a emigrar. O primeiro caso bem documentado é o das “vedações” (*enclosures*) que tiveram lugar na Inglaterra do século XIV. Antes, predominavam – ali como noutros lugares da Europa – os campos abertos (*open fields*), que se cultivavam em comum e se deixavam “abertos” (sem vedar) para que o gado pastasse o restolho entre colheita e colheita. Este sistema entrou em crise após a grande peste negra do século XIV. O despovoamento provocado pela pandemia (estima-se que morreu um terço da população) fez aumentar a falta de braços, ao mesmo tempo que aumentava a procura de lã inglesa na Flandres, de modo que os grandes proprietários viram-se incentivados a vedar os campos para dedicá-los

a pastos. Isto implicava o desaparecimento de muitas pequenas propriedades e o retrocesso das formas colectivistas de trabalho, com o empobrecimento de muitas famílias camponesas, o que fez exclamar a Thomas More, na sua obra *Utopia*, que na Inglaterra do século XVI “as ovelhas devoram os homens”. A concentração da propriedade dos campos completou-se com a privatização dos bosques e pastos comunais, que excluía os pobres do acesso aos recursos florestais e pastorícios e agravava a sua precariedade económica e social. O processo de vedações prolongou-se até ao século XIX, atingindo o auge no século XVIII. O surgimento de centenas de milhares de pobres obrigou o governo de Isabel I, no século XVI, a ditar as primeiras “leis dos pobres”.

Noutros países europeus houve processos distintos, mas que têm em comum com a evolução inglesa o desaparecimento das formas colectivistas de trabalho e o açambarcamento progressivo das terras por terratenentes que foram aplicando à agricultura e à pecuária critérios cada vez mais mercantis de rentabilidade, impulsionando o surgimento do capitalismo. Por um lado, decaíam as velhas fórmulas feudais e surgia uma burguesia agrária ligada à produção e ao comércio. Por outro lado, a população rural, empobrecida e expulsa das suas terras, estava disponível para ser empregada nas actividades da indústria, mineração, navegação e comércio. Iniciou-se um êxodo rural maciço, que se prolongaria até uma fase já adiantada do século XX, graças ao qual cresceram as aglomerações fabris e urbanas. As novas indústrias deram emprego aos imigrantes de procedência rural e também a artesãos empobrecidos ou precarizados pela concorrência das novas fábricas cada vez mais mecanizadas.

No decurso dos anos a velha estrutura social senhorial, com os seus estamentos, ficou desordenada e formou-se uma nova estrutura de classes. Em 1845 Friedrich Engels publicou um estudo empírico, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, no qual examina a génese e situação do primeiro proletariado moderno, o inglês. Diz empregar como sinónimas “as expressões trabalhadores (*working men*) e proletários, classe operária, classe desapossada e proletariado” (Engels, 1975, p.29), e fala de *proletariado industrial*, mas também *agrícola* – os trabalhadores agrícolas sem posse ou arrendamento de terras – e mineiro. Por sua vez, emprega “a expressão *classe média* no sentido inglês *middle-class* (ou

como se diz quase sempre: *middle-classes*)”, que “designa como o termo francês *bourgeoisie*, a classe possuidora, e, particularmente, a classe possuidora distinta da chamada aristocracia” (Engels, 1975, p.29). Engels formula já na introdução a este livro a tese que a nova estrutura de classes reduz a população à “oposição única entre capitalistas e operários” (Engels, 1975, p.48). Marx sustentará a mesma ideia, argumentando que a evolução da economia industrial tende a eliminar as camadas intermédias do pequeno campesinato e dos artesãos independentes e a deixar frente a frente as duas grandes classes antagónicas. Segundo estes dois autores, a concorrência económica no mercado implicava a ruína da pequena produção e uma dupla concentração: de capitais por um lado e de proletários despossadados por outro.

Engels percebeu que a nova condição proletária já não era (a não ser ocasionalmente) uma situação transitória, mas um destino irreversível: “Doravante, quem quer que nasça operário não tem outra perspectiva senão ficar toda a vida um proletário. Doravante, portanto, - pela primeira vez – o proletariado estava apto a empreender acções autónomas” (Engels, 1975, p.49). A realidade posterior confirmou esta previsão de Engels, que Marx fez sua. Desde logo o proletariado começou a actuar como um actor social e político independente das outras classes. Ao viver em cidades, os operários entravam em contacto com ideários políticos e sociais, podiam reunir-se e associar-se e participar nos combates políticos que se desenvolviam no meio dos tumultos sociais da época. Depois de se terem mobilizado nas lutas políticas dos finais do século XVIII e primeira metade do século XIX como força de apoio dos partidos e movimentos não-proletários que lutaram contra o absolutismo, por regimes constitucionais, pelas liberdades nacionais e pela extensão do sufrágio e das liberdades, os trabalhadores assalariados começaram a actuar com políticas próprias – por exemplo, na revolução de Junho de 1848, em França, rompendo a frente unida que tinha derrubado em Fevereiro daquele mesmo ano a monarquia orleanista – e a constituir organizações independentes. A primeira mobilização importante protagonizada principalmente por proletários foi o *cartismo* inglês, entre 1837 e 1848, impulsionado pela Associação dos Trabalhadores de Londres. Em 1838 apresentou ao Parlamento uma proposta de “Carta do povo” que incluía como reivindicações o sufrágio universal, o voto secreto, a elegibilidade dos não-proprietários, a imunidade parlamentar e a limitação das

legislaturas a um ano, entre outras. Apesar dos protestos nas ruas, as reivindicações cartistas não foram aceites, e o movimento dissolveu-se. Logo surgiram também *associações* e *sindicatos* com a pretensão de lutar por melhorias salariais e das condições de vida. Estas eram associações puramente operárias e independentes, que contribuíram não só para melhorar a condição operária mediante petições, protestos, greves e sabotagens, mas também para incutir nos proletários uma consciência crescente da sua unidade como classe social e do seu potencial protagonismo na cena pública. Para além das associações profissionais e sindicais cujo objectivo principal era a luta económica, surgiram também *partidos* para a luta política. O *movimento operário*, tanto sindical como político, teve duas inspirações teóricas dominantes, a anarquista e a marxista, que coincidem em promover a “luta de classes” e em propugnar soluções colectivistas – com a abolição da propriedade privada dos meios de produção – para acabar com a divisão da sociedade em classes e, por conseguinte, com a exploração dos proletários. Coincidem também em procurar a abolição do Estado como expressão política da opressão de classe, substituindo a “opressão de pessoas” pela “administração das coisas”, na expressão de Engels, ou seja, uma gestão pública de carácter “não político”, não opressivo. Os inspiradores iniciais do anarquismo foram William Godwin, Pierre-Joseph Proudhon e Mijail Bakunin. O anarquismo é hostil ao Estado em geral, incluindo o Estado operário que preconizam os marxistas, e aos partidos políticos: a sua forma preferida de organização operária é o sindicato. O marxismo crê que a acção política é indispensável para a emancipação do proletariado, e por isso inspira a fundação de partidos políticos para conquistar o poder do Estado e transformar a sociedade a partir dele, mas também a partir da sociedade civil, incluídos os sindicatos. As igrejas cristãs preocuparam-se também com as péssimas condições de vida dos proletários – movidas não apenas pela piedade, mas também pela descristianização das massas operárias – e impulsionaram movimentos mutualistas, cooperativistas e sindicais, que disputaram aos anarquistas e marxistas a influência espiritual sobre os trabalhadores, defendendo a propriedade privada e a conciliação entre operários e chefes. No mundo católico, esta corrente foi iniciada pelo pontífice Leão XIII com a sua encíclica *Rerum Novarum*.

Marx cunhou a expressão “ditadura do proletariado” para designar o Estado operário que, segundo ele, devia garantir a mudança da sociedade capitalista para uma sociedade

socialista ou comunista, “sem classes”. O projecto transformador deveria vencer a resistência obstinada da burguesia e de outras classes possuidoras ameaçadas, que utilizariam forças armadas e pressões económicas, e mobilizariam os atavismos ideológicos, as rotinas e os preconceitos profundamente enraizados nas mentes populares, para fazer fracassar qualquer tentativa revolucionária. Para opor-se à contra-revolução, seria necessário dispor do poder de coerção do Estado. Marx julgou que seria uma “ditadura transitória”, que logo daria lugar a um regime político dos “produtores livremente associados”. Além disso, concebeu essa ditadura como um regime de liberdades políticas, sem censura de imprensa, onde o sufrágio universal seria a garantia máxima do carácter popular e operário do regime: prova-o o facto de ter considerado a Comuna de Paris de 1871 como “o governo da classe operária” e de Engels ter explicitamente dito que aquela Comuna “era a ditadura do proletariado”. (Este termo teve na tradição comunista o efeito perverso de legitimar regimes despóticos auto-denominados “comunistas” – que efectivamente aboliram a propriedade privada – encabeçados por partidos comunistas marxistas em vários países. Na verdade, estes regimes foram ditaduras *sobre* o proletariado e o conjunto da sociedade, exercidas por burocracias estatal-partidárias que suprimiram as liberdades políticas e culturais e se distanciaram irremediavelmente do ideal comunista de Marx.)

O marxismo forneceu uma explicação teórica da exploração que teve uma ampla aceitação no movimento operário de todo o mundo. O empresário capitalista emprega o trabalhador comprando a sua força de trabalho em troca de um salário, mas com o uso dessa força de trabalho durante as horas acordadas, o empresário obtém um produto cujo valor excede a soma do salário e dos demais custos de produção. Este excedente ou *mais-valia* é apropriado sob forma de *lucro* (e *juro*) pelo proprietário do capital, que acumula mais capital enquanto que o trabalhador mantém, à custa de duras penas um nível de vida de mera subsistência. Além disso, o trabalhador foi convertido num mero factor de produção, numa mercadoria, que se descarta quando não é necessária. Os proletários são os que mais sofrem com as oscilações do ciclo de negócios, vendo-se forçados ao desemprego e à inacção quando o mercado não absorve a produção, e assim, privados de sustento, sobrevivem na miséria. A exploração no local de trabalho, incluindo de mulheres e

crianças, é acompanhada de péssimas condições de vida como consequência dos baixos salários. A acumulação de capital é sempre acompanhada pela pobreza proletária. Os trabalhadores, ao lutar por salários mais altos e jornadas de trabalho mais reduzidas, disputam aos empresários o montante da mais-valia (e da taxa de lucro): eis aqui a base económica objectiva para a *luta de classes* a nível da empresa, que se estende a um terreno económico mais amplo, com as lutas sindicais de ramo ou de sector industrial, e a um terreno político, com as lutas destinadas a tomar posições nos parlamentos e nos governos para influenciar as políticas públicas, ou a conquistar o Estado. As leis sobre salário mínimo ou jornada de trabalho máxima, a política fiscal progressiva ou o estabelecimento do “Estado Providência” – que redistribui a riqueza sob forma de serviços vitais, como cuidados médicos ou educação escolar – são outras tantas expressões da *luta de classes a nível político*. Em todos estes conflitos o proletariado age como um actor político e social independente, com objectivos particulares de classe, mas também com projectos de reforma ou mudança radical da sociedade. Estes projectos têm inclusivamente a sua fundamentação e projecção filosófica e moral: colectivismo em oposição a individualismo, intervencionismo a mercado livre, humanidade e natureza a mercantilização e reificação alienante, etc. Na tradição marxista, estas peculiaridades económicas, políticas e culturais do proletariado fazem dele o *sujeito revolucionário* por excelência da época contemporânea. No *Manifesto do Partido Comunista* diz-se que as outras classes da sociedade moderna, quando se mobilizam politicamente, olham para o passado, apegadas a condições em vias de desaparecimento, enquanto que o proletariado é a única classe desta sociedade que não tem nenhum motivo para olhar para trás, e por isso é a mais consequente – de facto, a única – classe revolucionária.

A famosa tese dos fundadores do marxismo sobre a crescente polarização da sociedade industrial capitalista entre as duas classes principais respondia no momento a uma tendência manifesta, mas que nunca chegou a consumir-se totalmente. Subsistiram sempre camadas intermédias, que actuaram frequentemente como almofada entre as duas classes principais. Nos finais do século XIX observa-se o surgimento de novas classes ou camadas intermédias que não são simples resíduo do passado, mas o resultado da própria evolução capitalista: técnicos de produção, trabalhadores do comércio, funcionários de

administrações públicas em expansão e outros empregados dos serviços. Ao longo do século XX vários factores, como o aumento da produtividade do trabalho devido ao progresso técnico e à introdução de maquinaria economizadora de mão-de-obra (movida a energias fósseis abundantes e de baixo custo), fizeram crescer a produção por habitante em todos os países industrializados. As lutas operárias conseguiram que esta prosperidade crescente beneficiasse os trabalhadores, que alcançaram na segunda metade do século níveis de consumo material sem precedentes.

Esta prosperidade ao alcance do grosso da classe operária – ainda que com o surgimento de “bolsas de pobreza” importantes entre os sectores mais marginalizados e precarizados desta classe – fez com que caíssem em desuso as expressões “proletário” e “proletariado”. Os trabalhadores de hoje já não estão num nível de mera sobrevivência nem têm “apenas as suas cadeias” a perder. A sua única riqueza não é mais a sua “prole”. Sentem-se comprometidos com a estabilidade e a reprodução da sociedade capitalista. Daí a sua crescente adesão a políticas moderadas de reforma ou, directamente, aos valores “burgueses” do individualismo aquisitivo e possessivo, e a perda de influência dos ideários revolucionários no proletariado. Já não se concebe nem parece verosímil a perspectiva de uma “revolução proletária”, nem a condição privilegiada do proletariado como *sujeito revolucionário*, pelo menos no Ocidente e enquanto as condições sociais não se alterarem muito.

Por último, na economia mundializada de hoje não se pode descartar a hipótese de um proletariado parasitário alimentado em parte pelos excedentes absorvidos pelas grandes empresas multinacionais, que espoliam as riquezas dos países empobrecidos. Já na Roma imperial o proletariado recebia subsídios públicos (*panem et circenses*) financiados pelo afluxo de riquezas das províncias imperiais. Na visão de Marx e dos marxistas, os proletários modernos ocupam uma posição essencialmente produtiva face ao papel parasitário das classes exploradoras, mas podem também tirar benefício do esbulho das colónias ultramarinas, como sublinhou Lenine para explicar o abandono das aspirações revolucionárias por parte de alguns sectores privilegiados do proletariado do seu tempo.

Precisamente, a espoliação colonial e imperial dos países do ultramar pelo grande capital das metrópoles euro-americanas e pelo Japão fez surgir, a partir da década de 1960, a ideia de “*nações proletárias*”, empobrecidas por essa espoliação e chamadas a lutar pela sua emancipação no quadro de uma “luta de classes à escala internacional”. Na China, Mao Tsé-Tung teorizou este conflito como luta do “campo” contras as “cidades”, cercadas estas pela vaga camponesa destinada a acabar com a exploração. Nesta linguagem metafórica, as “cidades” simbolizavam as classes e os países ricos e dominantes, e o “campo” as classes e os países dominados e empobrecidos, o que implicava atribuir ao campesinato um protagonismo não contemplado pelo marxismo tradicional.

Joaquim Sempere

→ Classe Social; Marxismo; Povo; Propriedade; Revolução; Socialismo.

Bibliografia

- Bernardi, A. (1973), “Los problemas económicos del Imperio romano en la época de su decadencia”, in C.M. Cipolla *et al.*, eds., *La decadencia económica de los Imperios*, Alianza Editorial, Madrid.
- Bilbao, A. (1995), *Obreros y ciudadanos: la desestructuración de la clase obrera*, Editorial Trotta, Madrid.
- Callinicos, A. e Harman, C. (1989), *The changing working class. Essays on class structure today*, Bookmarks, London.
- Engels, F. (1975), *La situación de la clase obrera en Inglaterra*, vol. 6 de las Obras de Marx y Engels, Editorial Crítica, Barcelona-Buenos Aires-México [trad. port.: Anália C. Torres, in *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*, Afrontamento, Porto, 1975].
- Fromm, E. (1980), *The working class in Weimar Germany. A psychological and sociological study*, Berg, Warwickshire.
- Gluckstein, D. (1999), *The Nazis, capitalism and the working class*, Bookmarks, London.
- Gorz, A. (1980), *Adieux au prolétariat au-delà du socialisme*, Galilée, Paris.
- Hobsbawm, E.J. (1979), *Trabajadores. Estudios de historia de la clase obrera*, Crítica, Barcelona.

- Hobsbawm, E.J. (1987): *El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera*, Crítica, Barcelona.
- Hoggart, R. (1992), *The uses of literacy. Aspects of working class life with special reference to publications and entertainments*, Penguin Books, London, 1992.
- Jaurès, J. (1976), *La classe ouvrière*, Maspéro, Paris.
- Lassalle, F. (1948), *Arbeiter-Programm*, Klostermann, Frankfurt am Main
- Mallet, S. (1969), *La nueva condición obrera*, Tecnos, Madrid.
- Marx, K. (1968), *La guerra civil en Francia*, Ediciones de Cultura Popular, Barcelona [trad. port. de Eduardo Chitas, in Marx, Engels, Obras Escolhidas, Lisboa/Moscovo, Editorial Avante/Edições Progresso, Tomo 2, 1982]
- Marx, K. e Engels, F. (1998), *Manifiesto comunista*, Crítica, Barcelona [trad. port.: José Barata Moura e Álvaro Pina, in Marx, Engels, *Obras Escolhidas*, Lisboa, edições avante, Tomo I, 2008, pp. 108-159].
- Negt, O. e Kluge, A. (1979), *Sfera pubblica ed esperienza. Per un'analisi dell'organizzazione della sfera pubblica borghese e della sfera pubblica proletaria*, Gabriele Mazzotti, Milano.
- Proudhon, P.J. (1865): *De la capacité politique des classes ouvrières*, Dentu, Paris.
- Ramis, P. (1992), *Argentine workers. Peronism and contemporary class consciousness*, Pittsburgh University Press, Pittsburgh.
- Thompson, E.P. (1989), *La formación de la clase obrera en Inglaterra*, Crítica, Barcelona.

Tradução: Paulo Barcelos